

ABUSOS FÍSICO E PSICOLÓGICO NO CONTEXTO FAMILIAR BRASILEIRO E SUAS INTERFERÊNCIAS NA APRENDIZAGEM INFANTIL

Aline Quadros dos Santos¹

Dr.^a Simone de Souza²

RESUMO

Este artigo tem por finalidade apresentar uma retrospectiva histórica referente ao abuso físico e psicológico no contexto familiar brasileiro, evidenciar estudos sobre abusos cometidos dentro do ambiente familiar e como interferem no processo de aprendizagem em crianças de 6 a 10 anos, bem como destacar a ação do professor diante da complexidade deste cenário, visto que essa temática está cada dia mais enraizada dentro das escolas. Trata-se de uma pesquisa exploratória, qualitativa de referenciais teóricos buscados em obras que fundamentam o tema, especificamente em teses e dissertações mapeadas no período de 2013 a 2018. Por meio da análise das produções científicas, constatou-se que o tema foi abordado a nível de mestrado, mas nenhuma tese foi produzida relacionando abusos na infância e suas consequências para a aprendizagem.

Palavras-chave: Abuso infantil. Família. Aprendizagem. Professor.

ABSTRACT

This article aims to present a historical retrospective referring to physical and psychological abuse in the Brazilian Family context, to show studies on abuses committed within the Family environment and how they interfere in the learning process in children aged 6 to 10 years, as well as to highlight the action of the teacher in the face of the complexity of this scenario, qualitative research of theoretical references sought in works that support the theme, specifically in theses and dissertations mapped in the period from 2013 to 2018. Through the analysis of scientific production, it was found that the theme was addressed at master level, but no thesis has been produced relating childhood abuse and its consequences for learning.

Keywords: Child abuse. Family. Learning. Teacher.

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

² Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá; área de Didática e Metodologia do Ensino.

1 – INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a violência nas famílias brasileiras e como as formas de agressão podem influenciar a educação escolar de crianças na faixa etária entre seis a dez anos de idade.

Entende-se que a família é o primeiro espaço de socialização. Por meio dela a criança recebe proteção e bem-estar, além de suporte ético para que, quando vir a socializar-se fora desta instituição, possa aprofundar o seu desenvolvimento ao longo da vida.

Inversamente, há a violência familiar ou doméstica, que é toda ação ou omissão no qual um membro familiar tende a lesar o bem-estar, a proteção, a integridade física ou psicológica da criança, exercida na esfera privada (BRASIL, 2001).

Neste contexto, este estudo vem ao encontro de razões e casos observados dentro e fora da vida acadêmica da pesquisadora, motivando um olhar específico para os abusos físicos e psicológicos e como estes geram conflitos sociais e educacionais desde a infância. Entende-se que é relevante reconhecer que a criança tem o direito de ser saudável em seu amplo aspecto, assim como o profissional da educação, amparado por leis, pode ajudar, proteger e promover sua aprendizagem. De acordo com Freire (1996), a presença política da professora não permite omissão, mas sim a busca de opções. Sendo assim, no contexto contemporâneo, em que crianças sofrem de abusos familiares e vão para as escolas, justifica-se um olhar específico para esta condição que interfere diretamente em sua aprendizagem.

Nesta direção questionamos: em que medida os abusos físicos e psicológicos sofridos pelas crianças no interior de suas famílias podem comprometer a aprendizagem escolar? E ainda, como professores podem atuar diante de tal cenário?

Supomos que quando a violência doméstica chega as escolas o profissional da educação deve estar atento às suas manifestações, a fim de posicionar-se e atuar buscando impedir que suas consequências atinjam a aprendizagem de forma negativa. Portanto, o professor deveria estar capacitado a enxergar os atos incomuns de seus alunos e a escola deveria amparar e orientar como lidar com situações dessa magnitude.

Conseqüentemente toda equipe escolar e familiares podem estar de comum acordo diante de decisões a serem tomadas frente a esta realidade; panorama que impele às pesquisas e delinea os seguintes objetivos para este estudo: resgatar historicamente a caracterização de abuso físico e psicológico no contexto familiar brasileiro; mapear as produções acadêmicas de 2013 a 2018, que versam sobre abuso físico e psicológico infantil e sua relação com a aprendizagem escolar; compreender e relacionar os aspectos negativos com a educação e as possibilidades de atuação de professores diante de crianças nestas condições.

A fim de atingir os objetivos propostos e responder as questões impulsionadoras do estudo organizou-se o artigo nos seguintes momentos. Primeiramente, apresenta-se o percurso metodológico do estudo. Logo após traça-se uma breve retrospectiva histórica para compreender as bases do abuso infantil. Posteriormente apresenta-se os dados coletados pelo mapeamento da produção acadêmica desenvolvida no período de 2013 a 2018, em direção ao estudo da interferência dos abusos infantis na aprendizagem e nele o papel do professor(a). Por fim, as considerações finais, que de antemão indicam a necessidade de maior aprofundamento dos olhares para o tema.

2 – PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual a investigação considera a “[...] ideia do subjetivo, passível de expor sensações e opiniões (BICUDO, 2004, p.104); assim como, é um estudo exploratório e descritivo pois envolve o pesquisador com o tema, de modo a buscar informações detalhadas a respeito de um fenômeno específico (MARCONI; LAKATOS, 2006).

O percurso metodológico foi delineado por meio de busca das produções científicas na forma de dissertações e teses, divulgados no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e também de outras obras que retratem o tema. Como orientadores das buscas foram utilizados os descritores: violência física, negligência infantil, problemas de aprendizagem entre crianças, violência psicológica, violência infantil e aprendizagem.

O material coletado respeitou o recorte temporal de cinco anos, período de 2013 a 2018. Após a coleta, seguiu-se para a organização dos dados em quadros, análises e articulações com os objetivos do estudo.

3 – BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA QUE CARACTERIZA OS ABUSOS FÍSICOS E PSICOLÓGICOS NA INFÂNCIA

A violência contra crianças e adolescentes existiu desde os primórdios da antiguidade, conforme consta em registros históricos. O infanticídio era comum nas sociedades antigas (ASSIS, 1994) e uma prática para as crianças que nasciam com problemas físicos (AIRÈS, 2012).

Na Grécia antiga havia uma dualidade entre a educação da criança filha de cidadão e da criança filha do escravo. A primeira aprenderia o que é ser um cidadão por meio de mitos, fábulas e músicas no Gineceu; enquanto a segunda teria seu futuro traçado como escravo ou até mesmo sua morte (FALEIROS; FALEIROS, 2008).

Nesse período, a criança era vista como um mini guerreiro, sua força era semelhante a de um adulto o que, por vezes, ocorriam de meninos morrerem de fome ou de exaustão.

Na Idade Média, as crianças tinham sua infância até por volta dos sete anos; após esse período, era vista como um mini adulto, o qual teria a mesma responsabilidade de um. Sendo assim, ela acompanhava a vida do seu progenitor, do mesmo sexo, fazendo parte da mesma rotina que ele podendo ser a de trabalho e vida social (FALEIROS; FALEIROS, 2007).

Considerando-se a ausência da presença de sentimento de infância, Airès (2012) explica que

[...] até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse a incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (ARIÈS, 2012, p. 17).

Nesse contexto a criança era compreendida até o seu momento de colo, após esse período ela já era introduzida à uma vida e vivência de um mini adulto; deveria se portar, se vestir e até mesmo trabalhar como um adulto. A criança aprenderia a trabalhar, pois o serviço era uma maneira de ser responsável, era uma forma de aprendizado, qual todos deveriam cumprir conforme lhes era posto

e ensinado. O trabalho também era a garantia de ajuda e sustento da casa, todos aqueles que pudessem cooperar para a renda familiar deveriam trabalhar.

Entre os séculos XVI e XVII era comum evidenciar as crianças mortas, pois elas não sobreviveriam por muitos anos, a mortalidade infantil tinha um índice muito alto, conforme afirma Airès (2012)

O gosto novo pelo retrato indicava que as crianças começavam a sair do anonimato em que sua pouca possibilidade de sobreviver as mantinha. É notável, de fato, que nessa época de desperdício demográfico se tenha sentido o desejo de fixar os traços de uma criança que continuaria a viver ou de uma criança morta, a fim de conservar sua lembrança. O retrato da criança morta, particularmente, prova que essa criança não era mais tão geralmente considerada como uma perda inevitável (ARIÈS, 2012, p. 23).

Portanto era habitual o sentimento de “não apego” as crianças, era comum a família não compreender suas necessidades específicas e até mesmo imediatas. Neste aspecto é possível entender o fator da insensibilidade perante essas crianças, elas nada mais seriam que substituídas por outras, que eventualmente chegassem, o que para a época era esperado conforme as condições econômicas e sociais. Somente em meados do século XVII que a criança começa a ser considerada perante a família e sociedade.

Na Idade Moderna, a criança começa a ser notada pela sociedade, juntamente com uma visão mais significativa da família. Ela deixa de ser um ser praticamente inexistente, ou um mini adulto e adentra ao seio familiar, representada por si própria. No entanto, mesmo com a ideologia de criança sendo modificada ao longo do tempo, essa nova visão era ainda contraditória. De acordo com Kramer (1987)

O sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até hoje: uma considera a criança ingênua, inocente graciosa e pela ‘paparicação’ dos adultos, e outra surge simultaneamente a primeira, mas se contrapõe a ela, tomando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita da ‘moralização’ e da educação feita pelos adultos. (KRAMER, 1987, p.18).

Com essa dualidade de concepção sobre a criança, ora sendo inocente ora sendo um ser incompleto, emerge a necessidade de que haja ambientes formadores para atendê-la, abrindo espaço para o surgimento da escola. A esta caberia o ensinamento da leitura e da escrita como forma de preparo para a vida

em comunidade, como também para a vida adulta. Portanto a escola seria uma aliada na educação das crianças, fazendo com que as mesmas deixassem de conviver e aprender somente com os adultos.

O objetivo principal desta educação era formar moralmente as crianças, para conviverem em sociedade, sempre com base nos preceitos da presença da igreja, da ideologia cristã. A partir de então, com ensinamentos controlados pelo Estado e pela igreja a criança passa a ser vista individualmente, com sua capacidade de compreensão (NUNES, 2009).

Ao avançar um pouco mais na história, no século XVIII e XIX, há a primeira revolução industrial na Inglaterra, em que crianças de 5 e 6 anos tinham uma carga horária de trabalho de quatorze horas por dia, por salários miseráveis. Entra em contexto a ideia de criança novamente, em um período histórico de produção em grande escala e da exploração infantil.

Com horas em excesso de trabalho e a convicção de que para os pobres restava somente o trabalho, a criança ficaria longe dos problemas referentes ao crime e a marginalidade. “[...] as crianças eram utilizadas nas fábricas e nas minas de carvão, sendo que muitas morriam devido ao excesso de trabalho, da insalubridade do ambiente e da desnutrição” (NUNES, 2009, p.10). As crianças eram obrigadas a passar entre 14 a 18 horas de trabalho para ajudar com a renda familiar. O trabalho fabril era um modelo chamado de “escola do trabalho”.

No Brasil, a história não foi tão diferente. As crianças foram abusadas fisicamente desde o descobrimento, com a utilização do trabalho indígena e negro, no qual se deve lembrar que os índios sofreram além do abuso físico, também o psicológico. Neste cenário, eles eram capturados, catequizados perante o costume cristão e adestrados para o trabalho. De acordo com Del Priore (1999), os abusos das crianças continuavam sendo demasiados.

Desde a época da Colônia e do Império, as crianças indígenas e escravas eram incorporadas às atividades das fazendas, das casasgrandes e engenhos como força produtiva e mão-de-obra barata, vivenciando já bem novos a realidade do trabalho. E mesmo com a abolição da escravatura a realidade das outrora escravas não mudou muito, visto que novas estratégias foram criadas pelos senhores de engenho para preservar as relações sociais de trabalho e dar continuidade à exploração da mão-de-obra infantil existentes na época (DEL PRIORE, 1999, p. 20).

É evidente que durante a colonização era difícil ser criança e principalmente ser uma criança escrava. Elas sofriam abusos sexuais, fortes espancamentos e ainda serviam de “brinquedo” para os filhos dos senhores. As que já tinham oito anos completos eram utilizadas pelos senhores até os seus vinte e um anos (EWERTON, 2013). Ainda nesse contexto de abusos, nasceram crianças bastardas, que eram negligenciadas e abandonadas. Conforme afirma Neto (2000, p. 107), houve

[...] um estrondoso número de bebês abandonados que eram deixados pelas mães à noite, nas ruas sujas. Muitas vezes eram devorados por cães e outros animais que viviam nas proximidades ou vitimados pelas intempéries ou pela fome.

Como a história enfatizou, crianças bastardas não eram bem-vindas e havia um número alto de abandono, tanto pelos filhos nascidos dos abusos quanto pela pobreza. O abandono chegou a tal nível que começou a preocupar a corte, impelindo o vice-rei a propor duas medidas: a primeira era a coleta de esmolas à comunidade e a segunda era a internação das crianças em abrigos.

Para acolher essas crianças ilegítimas, criou-se a Casa dos Expostos, local em que havia um alto índice de mortalidade. A Casa dos Expostos, vinculada com as Santas Casas, se propunha a cuidar das crianças abandonadas, mas o mal cuidado gerava uma grande taxa de mortalidade, portanto, esse tipo de assistência não predominou por muito tempo, principalmente pela ação dos higienistas, médicos preocupados em relação à saúde nessas casas, que culminou no fechamento dessas instituições, dando início a criação de creches (FALEIROS; FALEIROS 2008).

Após a Proclamação da República o Brasil começou a ver com outros olhos as crianças; não que elas tinham deixado de ser marginalizadas ou escravizadas, mas criou-se alguns trâmites legais para sua melhor formação. As pessoas envolvidas no Congresso Nacional em 1902 despertaram a se preocupar com a criminalidade e, a partir de então, começamos a ter políticas destinadas a elas.

Conforme o Estado passa a ter o dever de zelar pelo bem-estar das crianças e adolescentes, surgem políticas voltadas a eles; uma delas é o Decreto

sancionado em 1923, que regulariza o Estado como provedor de cuidados referente a saúde e educação dessas crianças para reintegrá-las na sociedade (NETO, 2000).

O governo militar, da década de 1960, inicia uma nova implementação de leis para as crianças, uma delas foi a Lei 4.513 de 1º de dezembro de 1964. Nesse momento se cria a Fundação Nacional do Bem-Estar Social do Menor, com objetivos de cuidar dos menores carentes, os quais os problemas sociais eram propensos pelos desafetos familiares.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 traz os Direitos Internacionais da Criança, reconhece que a criança e o adolescente têm direitos aos quais é dever do Estado e da família garantir-lhes. O Art. 227, determina:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Portanto, o artigo proclama que a família, a sociedade e o Estado é a base da garantia dos direitos das crianças elencados na Constituição. A família tem o dever de prover o bem-estar, o zelo e a atenção para com as crianças e o Estado tem o dever de garantir que a família consiga exercer a sua função e garantir os direitos mínimos que a criança e a adolescente necessitam.

Em síntese, a concepção de infância passou por vários momentos. Ser criança nunca foi fácil, condição comprovada pelos relatos históricos de direitos negados, negligência, abandono, morte, escravidão, exploração e outros tantos tipos de calamidades que as crianças passaram até ter seus direitos oficializados. Viviane Nogueira Guerra (2011, p. 77) conclui dizendo que:

Lembramo-nos das histórias dos filhos que desde cedo se acostumavam a imposição de castigos físicos extremamente brutais. Os espancamentos com palmatórias, varas de marmelo (com alfinetes nas pontas), cipós, galhos de goiabas etc., tinham como objetivo ensinar as crianças que a obediência aos pais era a única forma de escapar da punição.

Atualmente a criança pode ser defendida e compreendida. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990) é um, se não o mais importante

documento o qual a criança é defendida e seus direitos são garantidos. Assim, é oportuno entender o contexto histórico no qual essas leis foram elaboradas e entraram em vigor, a fim de compreender como as crianças adquiriram seu espaço na sociedade.

Diante do aparato legal também há produções acadêmicas que relacionam a história das crianças e os abusos sofridos por elas, os quais servem de suporte às reflexões na área educacional e, por conseguinte, oferecem condições de ação para professores que recebem alunos e alunas nas escolas. Nesta direção, trazemos algumas destas produções a seguir.

4 – O RETRATO DO MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA (2013 – 2018)

O mapeamento tem por objetivo catalogar teses e dissertações referentes ao tema: abusos físicos e psicológicos. Nesta busca dos referenciais encontramos grande abrangência do tema, compondo um leque de abusos, contra mulheres, presidiários e inúmeros em relação aos abusos sexuais. Tal cenário exigiu mais investigações com foco na infância.

A partir de 2013 encontramos duas dissertações, uma delas abordava todos os abusos - físico, sexual e psicológico - além da negligência. A outra tratava o abuso psicológico como fator chave para transtornos infantis.

Em 2014, das duas dissertações estudadas, uma relatava sobre abuso sexual no interior das famílias e a outra tratava dos abusos - físico, sexual e psicológico - além da negligência.

No ano de 2015 foram produzidas quatro dissertações, dentre elas três tratam o abuso sexual como temática e apenas uma aborda o abuso psicológico.

Em 2016, duas dissertações foram encontradas; uma referente aos tipos de abusos sofridos na infância - psicológico, sexual e físico - já a outra aborda somente a violência sexual e a violência física.

Nos anos de 2017 e de 2018 há apenas uma dissertação com foco no abuso sexual.

Ao longo das buscas não foram encontrados trabalhos em nível de doutorado, ou seja, de 2013 a 2018 não foram divulgadas no Banco de Teses da

Capex teses referentes aos abusos na infância e sua relação com o processo de aprendizagem.

Observa-se prevalência de pesquisas desenvolvidas em instituições públicas: universidades federais (5), estaduais (3), privadas (5), organizadas no quadro a seguir:

Quadro 1 – Relação de dissertações produzidas no período de 2013-2018 e o vínculo institucional, ano, autores e títulos das obras.

Instituição	Ano / produção	Autor/ Título
Universidade Federal de Santa Catarina	2013 Dissertação	CUNHA, Maiara Pereira. <i>Transtorno de estresse pós-traumático em crianças vítimas de violência familiar.</i>
Universidade Federal de Alfenas	2013 Dissertação	LIMA, Ciderleia Castro. <i>A compreensão da violência contra a criança sob a óptica dos cuidadores de instituições de acolhimento.</i>
Universidade Federal de Minas Gerais	2014 Dissertação	RATES, Susana Maria Moreira. <i>Violência infantil no Brasil: Uma análise das notificações compulsórias.</i>
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul	2014 Dissertação	RIOS, Angelita Maria Ferreira Machado. <i>Violência infantil: Evidências em crimes sexuais contra crianças.</i>
Universidade Estadual de Feira de Santana	2015 Dissertação	SOUZA, Emilin Nogueira Silva. <i>Significado do abuso sexual no olhar de meninas adolescentes de escola pública municipal em Feira de Santana Bahia.</i>
Universidade Católica de Pernambuco	2015 Dissertação	MARTINS, Janaina Da Mota Martins. <i>O abuso sexual infantil intrafamiliar: do segredo à elaboração.</i>
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	2015 Dissertação	FERNANDES, Nair Cristina Barretto Boudet. <i>Violência psicológica contra crianças e adolescentes: repercussões da violência conjugal sobre os filhos.</i>
Universidade de São Paulo	2015 Dissertação	MARQUES, Natali Maia. <i>Fatores clínicos e de risco associados ao desempenho cognitivo em crianças vítimas de abuso sexual.</i>

Universidade Federal de Minas Gerais	2016 Dissertação	ALVES, Junio de Araújo Alves. <i>Violência doméstica contra crianças no município de Betim – MG.</i>
Universidade de Pernambuco	2016 Dissertação	SILVA, Leonardo Cesar Amaro. <i>Perfil da violência infantil numa capital do nordeste do Brasil.</i>
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2017 Dissertação	OLIVEIRA, Houda Izabela. <i>Perfil da Criança vítima de violência sexual e o cuidado da enfermagem: Análise sob uma perspectiva bioética.</i>
Universidade Federal Rural de Pernambuco	2018 Dissertação	OLIVEIRA, Macdouglas. <i>“Entre” Chapeuzinhos Vermelhos e Lobos Maus. O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento.</i>

Fonte: CAPES (2019), quadro elaborado pela autora.

A partir do levantamento dessas pesquisas constatou-se que a área que mais envolve a temática em estudo é a área da saúde. Percebe-se que o abuso sexual é o foco da atenção entre os abusos pesquisados; negligência e abuso físico também são abordados em algumas dissertações; já o abuso psicológico é o menos comentado.

Conforme Lima (2013), a violência infantil, com foco principal nos abusos físicos e sexuais, é um problema social e político, no seu estudo e pesquisa, os meninos sofrem maior índice de violência doméstica. Esse cenário poderia ser revertido por meio de estudos mais elaborados e aplicação de ações para a proteção da criança, destaca a autora.

Nesta mesma direção, Rates (2014, p. 8) pontua que “[...] a violência contra as crianças é universal e reconhecida como problema de saúde pública”. Para a autora os abusos contra as crianças têm predomínio no ambiente doméstico e entre crianças de 0 a 9 anos. Ela cita que a negligência é a mais praticada no ambiente familiar, seguida dos abusos físicos, sexuais e psicológicos. Além disso, o número de casos de abusos físicos e a negligência é maior para os meninos e o abuso sexual e psicológico é maior em meninas. Portanto, as crianças estão expostas a esses abusos dentro de seu ambiente familiar, qualificando os pais como os agressores, conclui a pesquisadora.

Para Rios (2014), crianças que sofrem abuso sexual esbarram em muitas dificuldades incriminadoras; por mais que a ciência tenha avançado com exames laboratoriais e coletas de evidências, ainda assim, é um sistema lento que eleva o sofrimento psíquico da criança e do adolescente.

O abuso sexual novamente é citado em Martins (2015), como um problema de saúde pública que não é somente a criança ou adolescente que necessitam de cuidados psicológicos, mas também os familiares; em especial as mães que precisam de cuidados especiais, sobretudo quando o abusador é o próprio pai biológico da criança.

Alves (2016) destaca que a violência está a cada dia sendo um agravante às crianças que são as mais vulneráveis. Os casos relacionados à violência e abusos contra as crianças vão desde a morte, até ter algum problema psicológico que impeça seu desenvolvimento e uma vida saudável. Neste sentido constata-se que os abusos sofridos pelas crianças é um problema social, requerente de políticas efetivas para a proteção das mesmas.

De acordo com Fernandes (2015) as crianças que observam e presenciam a dinâmica da violência em família tendem a sofrer de abusos psicológicos. Sendo assim, interferindo no seu ensino aprendizagem e na sua interação social, ocasionando sérios problemas comportamentais.

Para Silva (2016), os abusos físicos e psicológicos são cometidos por pessoas e instituições que visam o bem-estar da criança. Sua pesquisa remete ao abuso sexual de jovens entre 8 e 11 anos, confirmando que as meninas são as mais vitimadas por essa violência. Embora também a violência física seja um agravante, o autor salienta que ela é mais praticada nos meninos; tendo o pai/padrasto como o principal agente dos maus tratos.

Oliveira (2017, p. 5) afirma que “[...] A violência sexual infantil é uma problemática mundial e suas causas são de difícil identificação e compreensão, com consequências irreversíveis no desenvolvimento da personalidade da criança”. Para a autora os profissionais devem tratar as crianças acometidas pelo abuso sexual de modo afetivo e compreensível, respeitando seus limites e desordem emocional do momento; contudo essa criança deve ser acompanhada por vários representantes tanto na parte legal como da área da saúde, tais como:

psicólogos, neurologistas e psiquiatras, profissionais fundamentais para ajudar a criança a superar seus medos e traumas resultando em sua reintegração social.

Souza (2015, p. 7) afirma que “[...] o abuso sexual pode ser intra ou extrafamiliar e constitui-se em um dos tipos de violência sexual contra adolescentes”. É um problema de saúde pública, o qual envolve as inferências psicossociais da criança ou adolescente. Nesse sentido o abuso sexual intra ou extrafamiliar vem com múltiplas facetas desde a pobreza até o ato de estar se “vendendo ao abusador”. Em decorrência muitas meninas desenvolvem problemas emocionais e físicos: como perda da autoestima; gravidez; distanciamento social e afetivo; doenças sexualmente transmissíveis, e um grande agravante desses abusos é a evasão escolar pois demonstram um índice baixo de rendimento, tendem a ser mais agressivas e perdem o interesse na escola, criando, assim, uma interferência negativa em seu ensino aprendizagem.

Contribui para estas reflexões, Cunha (2013) ao ressaltar que crianças entre 6 e 12 anos que sofrem atos de violência doméstica são as mais propensas a desenvolver algum tipo de estresse pós-traumático, qualificando assim o abuso psicológico como o agente principal para o não desenvolvimento pleno dos sistemas cognitivos e comportamentais.

Marques (2015, p. 6) é incisivo ao afirmar que “[...] estudos enfatizam prejuízos cognitivos na população de crianças vítimas de abuso sexual, principalmente quanto aos aspectos atencionais, memória e funções executivas”. Nesse aspecto, crianças que são abusadas sexualmente tem dificuldades para dormir, para se relacionar, dificuldade de concentração, além da irritabilidade constante, gerando desatenção na hora da compreensão dos conteúdos.

Em seu estudo, Oliveira (2018) evidencia que o abuso sexual infantil não é uma realidade atual, ele sempre existiu na história; porém, é um agravante social que se reflete em instâncias que poderiam/podem defender os direitos infanto-juvenil. Seu trabalho busca compreender a real formação do profissional da educação diante dessa violência contra as crianças, e até mesmo até onde a escola pode chegar para ajudar.

Diante das pesquisas realizadas pelos autores e autoras elencados nesta seção do artigo, é possível compreender que os profissionais da educação deveriam ter em suas formações- inicial e continuada- estudos e suporte

metodológico para lidar com a temática da violência infantil. Tal condição abre espaço para as reflexões a seguir.

5- A INTERFERÊNCIA DOS ABUSOS NA APRENDIZAGEM INFANTIL E O PAPEL DO PROFESSOR

Todos os anos chegam às escolas crianças de diferentes realidades e com agravantes de abusos, cada dia mais corriqueiros. Vale lembrar que todo tipo de ação excessiva, sem o consentimento ou palavras incorretas que denigram a pessoa é qualificada como abuso.

Cabe reiterar que a escola não é o único elemento formador da criança, a família deve ser o primeiro núcleo de aprendizagem; nesse contexto entram as diferentes situações familiares e suas realidades. Sendo assim, sem ser uma regra geral, a família era uma “[...] célula da reprodução social por excelência, assegurava o bom andamento da sociedade civil, essencial à estabilidade do estado. Era a instância primária de formação de bons cidadãos [...]” (FALSARELLA, 2007, p. 35).

Portanto, um lar que atende todas as necessidades básicas de uma criança, via de regra, contribuirá para que seu desenvolvimento seja mais adequado e compatível com seu potencial. Em contrapartida, lares com displicência no modo de agir e que infringe o seu bem-estar gerará conflitos e problemas que chegarão também no processo de ensino-aprendizagem da criança e em seu desenvolvimento social.

Crianças que sofrem abusos carregam “[...] consigo consequências tanto orgânicas quanto psicológicas e dentre as mais comuns a criança apresenta quadros de dificuldades de aprendizagem na escola” (AZEVEDO; GUERRA, 1995, p. 13). Portanto qualquer tipo de abuso recai sobre a aprendizagem representado pelo baixo desenvolvimento escolar e suas expressões internas e externas. E como essas crianças demonstram o que se passa diante da vida delas?

Conforme Ristum (2010), os efeitos dos abusos das crianças aparecem em dois momentos dentro da escola: na sua interação social e na sua aprendizagem. Crianças que vem de um ambiente familiar hostil tendem a manifestar comportamentos agressivos, violentos, agitação e desobediência; são antissociais.

As crianças abusadas sexualmente além de demonstrar todos esses sintomas, também podem ser medrosas, assustadas, desconfiadas e possuírem uma baixa auto estima; tendem a fugir de casa ou demorar para voltar para a mesma. Seus desempenhos escolares vão na mesma linha dos comportamentais, culminando em dificuldades de apropriação do conhecimento, bem como os problemas referente a indisciplina escolar começam a afetar a relação aluno/professor/escola (RISTUM, 2010).

Os sintomas podem aparecer de forma repentina, crianças abusadas podem apresentar distúrbios alimentares, desinteresse pelo estudo e por momentos de lazer (brincadeiras), déficit de linguagem e aprendizagem, depressão, Transtorno de Estresse Pós-traumático, agressividade e no caso do abuso sexual movimentos erotizados.

Rangel (2009) corrobora ao ponderar que “[...] um dos problemas mais reconhecidos, quando se trata do assunto, reflete-se no empenho da vida escolar dos violentados” (RANGEL, 2009, p. 1). Portanto, é incontestável que crianças vítimas de abusos tem seu rendimento escolar comprometido, podendo haver problemas com faltas, comportamentais, de interação com o meio social, negação de suas capacidades e comprometimento intelectual, pois a criança internaliza tudo o que se passa a seu redor e o que ela está vivenciando, gerando, assim, um comprometimento em aprender como as demais e, é nessa faceta, que entra a escola e o educador como suporte à criança vítima desses abusos.

As escolas têm um papel crucial para promover o bem-estar, entretanto há escolas que se omitem diante de fatos relacionados aos abusos, ou ela intervém quando os sinais expostos pelos alunos são expressos na pele, por hematomas ou mediante relatos das vítimas (RISTUM, 2010).

Ser professor neste cenário requer percepção apurada e olhar criterioso indo além da visão de professor de antigamente, que seria, de modo geral, o de transmissor do conhecimento e de fazer com que os alunos se apropriem dele; conforme as realidades eram postas, especialmente as das crianças vítimas de abusos, a visão de papel do professor como agente detector, como o observador, como o mediador dos conflitos ganha relevância. Conforme afirma Almeida (2010),

[...] a necessidade dos educadores compreenderem que sua atuação não pode ser neutra, que sua atuação não deve ser a favor do nada. É preciso romper com esse ciclo de violências, de crueldade e de opressão. Superar a ideia de que a relação do educador-educando se dá meramente através da transmissão do conhecimento erudito. É preciso que os educadores compreendam os educandos a partir do meio em que são inseridos desenvolvendo suas atividades para a promoção de uma Educação que promova a paz, a liberdade e o respeito às diferenças (ALMEIDA, 2010, p.10).

Há de acrescentarmos que os profissionais da educação estão assoberbados para o cumprimento do currículo escolar e podem não observar as particularidades de seus alunos, não identificando as violências sofridas por eles. Segundo Ristum (2010), essa realidade é acentuada quando o profissional não está familiarizado com as legislações do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), e agravada pelo medo da exposição de uma possível denúncia contra os agressores.

Portanto, o professor sempre será mais que mero “mestre”, ele é a voz da criança, é o observador o precursor para descobrir o que, de fato, se passa no contexto familiar dos infantes e em suas relações pessoais. Para o professor é necessária uma melhor formação, políticas adequadas e amplas de efetivação do bem-estar da criança na escola, pois é nela que as relações sociais são aprimoradas e é por ela e pelo profissional da educação que a criança se reconhece, expressa-se e se compreende como ser social capaz de protagonizar relações de afeto, confiança e de diretos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema referente a abusos físicos, psicológicos e sexuais na infância não é novo. Pelo contexto histórico a criança vem sendo maltratada e negligenciada desde o começo da humanidade, com infanticídio, abandono, exploração. Trata-se de um problema de ordem social e política, ficando evidente, por meio do mapeamento e análises realizadas neste artigo, que as políticas de bem-estar das crianças e adolescentes não são de fato suficientes para conter este cenário ainda presente atualmente.

Por meio das produções divulgadas no Banco de Teses da Capes e de leituras complementares foi possível atingir os objetivos da pesquisa e responder

ao questionamento propulsor dos estudos, ao trazer para as reflexões que os abusos físicos e psicológicos sofridos pelas crianças no interior de suas famílias comprometem substancialmente a aprendizagem delas, em seus aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

Também ficou evidente que há poucos trabalhos acadêmicos que abordam o tema, pela abrangência que o termo abuso infantil traz e especialmente por não relacioná-lo ao processo de ensino-aprendizagem. Entendemos ser urgente que pesquisas a nível de doutorado na área educacional enfrentem este problema e auxiliem a comunidade escolar a amparar crianças e jovens vítimas de tanto sofrimento.

Compreendemos que os professores são peças-chaves que podem ajudar as crianças, e em certa medida também as famílias, acolhendo-as, observando-as, comunicando a equipe escolar e até mesmo elaborando denúncias quando for o caso.

Desse modo, entendemos que linhas de estudos referentes a abusos e negligências infantis não pode parar é importante para o professor, para o aluno e para a escola que todos compreendam como esse tema está cada dia mais presente diante do contexto escolar e como a criança ela é um alvo frágil que necessita de apoio tanto político como educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laura Isabel Marques. **O papel do educador diante da violência doméstica contra crianças e adolescentes**, 2010. Disponível em: <<http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2011/02/11/outros/cf2c94e9877f4409c8a97414722cb527.pdf>> Acesso em: 09 de dezembro de 2019

ALVES, Junio de Araujo. **Violência doméstica contra crianças no município de Betim – Mg**. Dissertação do Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência Instituição de ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: UFMG, 2016.

ARIÈS, Phillippe. **História social da criança e da família**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ASSIS, Simone Gonçalves. **Crianças e Adolescentes violentados: Passado, Presente e Perspectivas para o Futuro**. Caderno Saúde Pública: Rio de Janeiro, 1994, p. 126-134.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de Azevedo. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

BICUDO, M.A.V. Pesquisa qualitativa e pesquisa qualitativa segundo a abordagem fenomenológica. In: BORBA, M. de C.; ARAÚJO, J.de L (Org). **Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 99-112.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CUNHA, Maiara Pereira. **Transtorno de estresse pós-traumático em crianças vítimas de violência familiar**. Mestrado em Psicologia Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis Biblioteca Depositária: BU –UFSC 2013.

DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Crianças no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Contexto. 1999.

EWERTON, Rayssa Baldez Rosa. et al. **A questão da violência contra a criança e o adolescente e formas de violação de seus direitos**, 2013. Disponível em:<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo9poderviolencaepoliticaspUBLICAS/aquestaodaviolencaicontraacriancaeoadolescenteeformasdeviolacaodeseusdireitos.pdf>> Acesso em: 28 de março de 2019.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

FALSARELLA, Ana Maria. **Crescendo em Família. Rio de Janeiro: Betel, 1996 e a família, como vai?** In: Presença pedagógica. n° 84. V. 14. Belo Horizonte – MG: Dimensão, 2008.

FERNANDES, Nair Cristina Barreto Boudet. **Violência psicológica contra crianças e adolescentes: repercussões da violência conjugal sobre os filhos**. Mestrado em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUC-Rio, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUERRA, Viviane Nogueira. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. 7ª Ed São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: A arte do disfarce**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Dois Pontos, 1987, p. 18.

LIMA, Ciderleia Castro. **A compreensão da violência contra a criança sob a óptica dos cuidadores de instituições de acolhimento, Alfenas-MG**. Mestrado em Enfermagem Instituição de Ensino: Universidade Federal de Alfenas, Alfenas Biblioteca Depositária: Universidade Federal de Alfenas-MG, 2013.

MARCONI, Maria Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARQUES, Natali Maia. **Fatores clínicos e de risco associados ao desempenho cognitivo em crianças vítimas de abuso sexual**. Mestrado em Neurociências e Comportamento Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2015.

MARTINS, Janaina Da Mota. **O abuso sexual infantil intrafamiliar: do segredo à elaboração**. Mestrado em Psicologia Clínica Instituição de Ensino: Universidade Católica de Pernambuco, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UNICAP, 2015.

NETO, João Clemente de Souza. **História da Criança e do Adolescente no Brasil**. Revista unifeo, revista semestral do Centro Universitário FIEO – ano 2, nº 3 (2000).

NUNES, Isaias Barbosa. **O Trabalho Infantil Na Revolução Industrial Inglesa: Uma Contribuição Ao Trabalho Docente Na Sétima Série**, 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1397-8.pdf>> Acesso em: 06 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, Houda Izabela. **Perfil da criança vítima de violência sexual e o cuidado da enfermagem: Análise sob uma perspectiva bioética'**. Mestrado em Bioética Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2017.

OLIVEIRA, Macdouglass. **“Entre” chapeuzinhos vermelhos e lobos maus. O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento'**. Mestrado em Educação, Culturas e Identidades Instituição de Ensino: Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2018.

RANGEL, Larissa. **Violência doméstica e as repercussões na escola. Olhar Virtual**. Editora UFRJ, n. 172. 05/2009. Disponível em: <http://www.olharvital.ufrj.br/2006/?id_edicao=172&codigo=7- > Acesso em: 09 de dezembro de 2019.

RATES, Susana Maria Moreira. **Violência Infantil no Brasil: Uma análise das notificações compulsórias**, 2011. Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: UFMG, 2014.

RIOS, Angelita Maria Ferreira Machado. **Violência Infantil: Evidências em crimes sexuais contra crianças**. Mestrado em Psicologia Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Irmão José Otão, 2014.

RISTUM, Marilena. (2010). **Violência na escola, da escola e contra a escola**. Em Assis, S.G., Constantino, P., & Avanci, J.Q. (Orgs.), Impactos da violência na escola: um diálogo com professores (PP. 65-93). Rio de Janeiro: Fiocruz.

SILVA, Leonardo Cesar Amaro. **Perfil da violência infantil numa capital do nordeste do Brasil'**. Mestrado em Perícias Forenses Instituição de Ensino: Universidade De Pernambuco, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca da Faculdade de Odontologia de Pernambuco (FOP/UPE), 2016.

SOUZA, Emilin Nogueira Silva. **Significado do abuso sexual no olhar de meninas adolescentes de escola pública municipal em Feira de Santana Bahia**. Mestrado Profissional em Enfermagem Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana Biblioteca, 2015.